COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO N° DE 2025

(Do Sr. Deputado Julio Lopes)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a revisão de tarifas de transporte de gás natural para redução do preço do gás no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o andamento das Revisões Tarifárias Periódicas (RTPs) das tarifas de transporte de gás natural, sua importância para a modicidade tarifária e os impactos da atual estrutura de preços sobre a competitividade do gás natural no Brasil.

Para tanto, proponho que sejam convidados:

- Sr. Pietro Adamo Sampaio Mendes, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia;
- Sr. Bruno Caselli, Diretor-Geral em exercício da Agência Nacional do Petróleo,
 Gás Natural e Biocombustíveis ANP;
- Representante da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE;
- Representante da Associação Brasileira da Indústria Química ABIQUIM;
- Representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás – ABPIP;
- Representante da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado – ABEGÁS;
- Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento ASPACER:
- Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas ABRAGET.





Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI;

JUSTIFICAÇÃO

As tarifas de transporte de gás natural são parte essencial da formação do preço final do energético, sendo determinantes para sua competitividade frente a outras fontes. De acordo com o artigo 19 da Resolução ANP nº 15/2014, é obrigatória a realização de Revisões Tarifárias Periódicas (RTPs) a cada cinco anos. No entanto, as revisões relativas às concessões operadas pela Transportadora Associada de Gás – TAG e pela Nova Transportadora do Sudeste – NTS estão em atraso, violando o marco regulatório vigente e penalizando consumidores, em especial o setor industrial.

Atualmente, mesmo com o Brasil produzindo gás natural a preços médios competitivos – cerca de US\$ 2,50/MMBtu na origem – os valores finais ficam entre US\$ 18/MMBtu a US\$ 21/MMBtu após a inclusão dos custos de transporte e escoamento. Tal cenário compromete a expansão do uso do gás natural em setores estratégicos da economia, prejudica a reindustrialização e reduz a atratividade do energético para novas aplicações.

A ausência de atualizações tarifárias tempestivas também fragiliza a segurança jurídica e a previsibilidade regulatória, minando a confiança dos agentes econômicos e distorcendo os sinais de preço que deveriam orientar investimentos no setor.

Diante desse contexto, esta Comissão deve promover o necessário debate com representantes do governo, da regulação e da indústria para cobrar providências, alinhar expectativas e construir caminhos para garantir tarifas justas, eficientes e compatíveis com os objetivos de desenvolvimento nacional e transição energética.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de de 2025.

Deputado JULIO LOPES (PP-RJ)



